

Reverberações do Tenentismo no Pará.

William Gaia Farias¹

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia e Pesquisador de Produtividade do CNPq.

RESUMO

É intuito do artigo situar o processo de ações tenentistas no Pará no conjunto de situações políticas e econômicas do período e ainda analisar as produções sobre esta temática. A proposta central é compreender as manifestações tenentistas no Pará da década de 1920, enfatizando a atuação das forças públicas estadual e federal nas tensões políticas que levaram a morte do capitão Assis de Vasconcelos quando estava a frente dos militares rebelados do 26º Batalhão de Caçadores.

Palavras-Chave: Tenentismo, Pará, 26º Batalhão de Caçadores, Assis de Vasconcelos.

ABSTRACT

The purpose of the article is to situate the process of tenentist actions in Pará within the political and economic situations of the period and to analyze the productions on this theme. The central proposal is to understand the tenentist manifestations in Pará in the 1920s, emphasizing the performance of state and federal public forces in the political tensions that led to the death of Captain Assis de Vasconcelos when he was in charge of the rebel military of the 26th Battalion of Hunters.

Keywords: Tenentism, Pará, 26th Battalion of Hunters, Assis de Vasconcelos.

RESUMEN

El propósito del artículo es situar el proceso de acciones tenentistas en Pará dentro de las situaciones políticas y económicas del período y analizar las producciones sobre este tema. La propuesta central es comprender las manifestaciones tenentistas en Pará en la década de 1920, enfatizando el desempeño de las fuerzas públicas estatales y federales en las tensiones políticas que llevaron a la muerte del Capitán Assis de Vasconcelos cuando estaba a cargo del ejército rebelde del 26º Batallón de Cazadores.

Palabras claves: Tenentismo, Pará, 26º Batallón de Cazadores, Assis de Vasconcelos.

1 TENENTISMO: CONSIDERAÇÕES E HISTORIOGRAFIA

Virgílio Santa Rosa (1976), em 1933, com a publicação do livro *O sentido do Tenentismo*, realizou a primeira interpretação sistemática desta contestação militar levada a frente pelos oficiais subalternos. A análise do autor fundou uma importante linha interpretativa, para a qual os jovens oficiais seriam legítimos representantes das classes médias urbanas brasileiras. No entendimento de Santa Rosa, com a entrada dos militares nas disputas pelo poder, as classes médias teriam a sua primeira expressão política no Brasil.

Nesse viés de análise, as origens sociais dos militares revoltosos nas classes médias foram importantes às suas empreitadas, por isso Santa Rosa entende o Tenentismo como uma vanguarda das classes médias, amparada na base de um movimento ascensional pequeno-burguesa. Essa interpretação também é seguida por Nelson Werneck Sodré (1965) e Edgard Carone (1977). Contudo, a respeito do sentido do Tenentismo há autores que o interpretam como um movimento militar, compreendido do ponto de vista institucional, na lógica das forças armadas.

Esta é a linha seguida por Boris Fausto (1997) ao afirmar que os oficiais rebeldes saíram de classes menos favorecidas e não se apresentavam em defesa de interesses dessas classes. Neste sentido o Exército, pela força institucional acabou pesando mais, pois este mantinha certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade. Assim, as relações entre classes médias e Tenentismo não se concretizaram, nem sob a forma da organização dessas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como potência governamental. Para ele a aproximação mais segura entre a categoria social e o Tenentismo deriva de um setor do movimento que propõe um programa de reformas pequeno-burguesas, porém sem nenhuma base social.

José Murilo de Carvalho (2005) salienta que as mudanças internas e externas na história das Forças Armadas no Brasil apresentam características próprias dos militares como “instituições totais”, autônomas em relação ao mundo exterior. Carvalho entende que o Tenentismo seria um tipo de intervenção contestatória, com fundamentos institucionais que contribuíram para o desenvolvimento de outro tipo de intervenção controladora, onde no lugar da política no Exército, instituía-se a política do Exército.

Na interpretação de Edmundo de Campos Coelho (1985), o Tenentismo seria uma forma de transição, mas por motivos diferentes daqueles expostos por Murilo de Carvalho e em outra direção. Na análise de Coelho a não-construção do Estado não passou despercebida pelos militares que entendiam as crises político-militares como expressões das crises do Estado.

Na década de 1960, José Maria Bello (1964), ao abordar o tema, afirmou que havia uma correspondência entre o movimento social e o movimento militar. De acordo com esse autor durante a Primeira República militares e civis tinham diferentes motivações, mas eventualmente uniam-se aos militares. Esta aliança teria ocorrido no caso do Tenentismo, sendo que as motivações das casernas se relacionavam mais com a condição de militar do que por questões ligadas aos interesses das classes sociais. Apesar de pouco aceita pela historiografia nacional a análise de Bello (1964) sobre o Tenentismo, até certo ponto traduz os acontecimentos ocorridos no estado do Pará na década de 1920, onde a correspondência entre questões sociais e insatisfações militares foram bem nítidas.

No Pará, encontramos um expressivo número de civis envolvidos no movimento, apesar da pouca duração. Desta forma, entendemos que seja mais adequado considerar a pluralidade do movimento em questão, o que talvez seja um bom caminho para compreender a autonomia e as diferentes alianças que marcaram o Tenentismo. No entanto, tomando como referência a análise de Mário Lanna Júnior (2008), é importante considerar pelos menos dois ângulos de entendimento sobre o Tenentismo que levaram a intensos debates na historiografia: como ação e ideologia. Enquanto ação, o Tenentismo pode ser delimitado na fase “heroica” de contestação armada, a partir dos quartéis em forte movimento contra a dominação das oligarquias, principalmente a cafeeira. Esta fase ocorreu entre os anos de 1922 e 1927, quando o movimento foi intenso em todas as regiões do Brasil que, além da sublevação nas unidades militares do Exército e da Marinha, no Rio Grande do Sul, culminou com a formação da Coluna Prestes.

Quanto à dimensão ideológica, a delimitação temporal do Tenentismo se estende pela década de 1930, já que estes militares outrora rebelados, passaram a ocupar significativo espaço no cenário político brasileiro, devido ao destaque que obtiveram nas ações contestatórias contra as oligarquias. A formação do Clube 3 de Outubro pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro e pelo civil Afrânio de Melo Franco, bacharel em Direito e diplomata, em 1931, representou o quanto os militares obtiveram importantes resultados políticos devido ao status do Tenentismo como vanguarda revolucionária no movimento conhecido como Revolução de 1930.

A respeito do estado do Pará, merece destaque o oficial do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que teve grande participação nas ações conhecidas como a Revolução de 1924, no Amazonas, de orientação tenentista e após 1930 foi nomeado interventor no Pará, sob o amparo político do movimento denominado de Revolução. Portanto, nessa linha de entendimento Magalhães Barata seria um revolucionário.

2 TENSÕES NO PARÁ NA DÉCADA DE 1920

Tenho o pesar de levar ao vosso conhecimento que um movimento sedicioso rebentou na noite de ontem para hoje na capital do estado de São Paulo, onde uma parte das forças do exército se sublevou, prendendo as autoridades militares superiores. Sitiando o palácio do governo. Há esta hora está sendo posta aos sediciosos uma intrépida resistência pela polícia estadual. O governo está senhor do plano e de onde surgiu essa tentativa criminosa. Sabe que ela procede de uma conspiração, cujo foco principal está na capital da República, e que pretende alastrar-se a outros estados (Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1924. p. 1).

O telegrama do presidente da República Arthur Bernardes enviado à Câmara dos Deputados do Pará comunicando sobre a revolta que explodira em São Paulo no dia 5 de julho de 1924, sobretudo no trecho destacado, expressa bem uma das grandes preocupações dos governos na década de 1920, no que se refere as revoltas de contestações ao Governo Federal que eclodiram em vários estados do país, nas quais mereceram destaque o envolvimento de militares.

Na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e de profundas transformações. Mergulhado numa crise na qual os sintomas se manifestavam nos mais variados planos, o Brasil experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930 (Ferreira; Pinto, 2008). No Pará da década de 1920 este clima de tensão e instabilidade política era evidente pois as oligarquias usavam a mesma conduta que vigorava em outros estados e na capital federal, praticando idênticos processos, com o um único intuito de manterem-se no poder (Coimbra, 1981).

O ano de 1922 em especial, reuniu uma sucessão de acontecimentos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista e a sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, e colocavam em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (Ferreira; Pinto, 2008).

Já do ponto de vista econômico, a década em questão sofreu altos e baixos. O setor cafeeiro padeceu com o declínio dos preços internacionais do café, com a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes. Por outro lado, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes, a diversificação da agricultura e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base foram importantes sinais do processo pelo qual também passava a economia brasileira (Carone, 1977).

No Pará o panorama econômico era marcado pela crise. O estado atravessava um momento de verdadeira penúria, sem encontrar uma solução para o problema. O governo não conseguia vencer as sérias dificuldades que se avolumavam tornando cada vez mais delicado. Esta situação aumentava os problemas públicos (Coimbra, 1981). Foi nesse ambiente de crise generalizada que a década de 20 despontou para os paraenses.

Acompanhando essas mudanças no quadro econômico, o Brasil presenciou a ampliação de setores urbanos que há muito tempo procuravam espaço: a classe trabalhadora e as classes médias. A classe trabalhadora ampliou significativamente suas formas de organização, principalmente a respeito do movimento sindical, como dito antes que fundasse o Partido Comunista em 1922. No que trata das classes médias, havia inquietações renovadoras de grande intensidade. De certa forma e em conjunto, essas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente, questionando as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

No campo político, o pacto criado por Campos Sales em 1898, chamado de política dos governadores, nos anos 20 começaria a ruir, iniciando um movimento de perda da capacidade de liderança.

As fórmulas até então utilizadas perdiam a eficácia, levando o sistema ao esgotamento de tal forma que dificilmente se poderia esperar a manutenção mais prolongada de controle e estabilidade política reestabelecida. Esse esgotamento do sistema político vigente, junto a uma incompatibilidade de interesses dos estados. Tudo isso atingia os estados, considerados como de segunda grandeza (Basbaum, 1975).

Diante de um cenário de crises os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento conhecido como Reação Republicana que lançou as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da República em convenção realizada em 24 de junho de 1921. Este movimento não propôs uma ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas sim o desenvolvimento de um eixo alternativo de poder voltado para a ampliação da participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período (Ferreira; Pinto, 2008).

Essas disputas políticas repercutiram intensamente no Pará. Assim, a campanha presidencial marcou os campos de atuação dos grupos políticos e da imprensa paraense entre seguidores da candidatura de Bernardes e os dissidentes que apoiavam Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Com a tensão eleitoral, o governador Antonio Emiliano Souza Castro, partidário de Bernardes, tratava seus adversários como inimigos, como os quais não havia possibilidade de conciliação (Coimbra, 1981).

Além dos políticos civis, os militares também aproveitaram a oportunidade de voltar intensamente ao palco do jogo político brasileiro. O Clube Militar tentava, a todo custo, criar uma espécie de popularidade e prestígio fictício em torno do Marechal Hermes da Fonseca, já que avaliavam como necessários à ambição do grupo de oficiais, que viam a possibilidade de elevá-lo ao poder máximo da República. Neste sentido, os militares intensificaram suas manifestações sobre questões políticas, chegando ao ponto de ir ao Congresso para dialogar com as oposições sobre a sucessão presidencial de 1922 (Carone, 1977).

No entanto, apesar desse visível esgotamento do sistema oligárquico, o resultado das eleições foi favorável a Arthur Bernardes, candidato da situação. Derrotados, os nilistas (partidários de Nilo Peçanha) e os militares fizeram em novas investidas, pedindo a formação de um tribunal de Honra que substituísse o Congresso Nacional na apuração. Não tendo seu pedido atendido, os militares já falavam em impedir a posse do presidente eleito através da luta armada. Diante disso, Eptácio Pessoa reagiu com censuras, prisões e transferências de oficiais. Mas estas medidas atingiram apenas a periferia dos manifestantes, deixando intacto o Clube Militar e os políticos dissidentes (Carone, 1977). Logo os militares levantaram suas armas e no dia 5 de julho de 1922, pouco mais de um mês após a posse de Bernardes, militares da Fortaleza de Copacabana, da Vila Militar, da Escola Militar do realengo, do Forte do Vigia e do 1º Batalhão de Engenharia deflagaram um série de levantes armados, dando início ao que se convencionou chamar de Tenentismo, uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das Forças Armadas, mas oficiais subalternos do Exército: os tenentes e capitães (Ferreira; Pinto, 2008).

No Pará, foi somente no dia 7 de julho, mais de 24 horas depois, quando a revolução já estava dominada, que a imprensa local, sempre prejudicada pela censura do governo central, publicou matérias sobre o acontecido, onde os argumentos mais enfáticos estavam ao lado de quem apoiava o governo, como a seguinte nota: "A legalidade triunfante- foi completamente jugulado o movimento sedicioso rebentado anteontem no Rio- O governo prestigiadíssimo, recebe homenagens de todas as classes sociais - Reina a calma absoluta em todo o país e a mais sólida confiança no presidente da República" (Folha do Norte. Belém, 7 de julho de 1922, p. 3).

As possibilidades de intervenção militar tornavam-se, por sua vez, cada vez mais concretas. O movimento começado em 1922 tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes até os setores urbanos. Em razão disso, dois anos depois, ou seja, em 1924 eclodiu o chamado "5 de julho" em São Paulo. Dessa vez o 5 de julho tenentista foi melhor articulado. O movimento tinha como objetivo a derrubada do governo de Arthur Bernardes, visto pelos oficiais subalternos como ícone das oligarquias dominantes. A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar de conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do

governo que não distinguia rebeldes de civis, os tenentes resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo, onde também eclodiram revoltas. Depois disso, migraram para variadas regiões do país, buscando juntarem-se com outros tenentes, como por exemplo, Luís Carlos Prestes, que liderava um grupo no Rio Grande do Sul que passou a ser chamado de Coluna Prestes e que conseguiu percorrer cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução (Ferreira; Pinto, 2008).

3 AÇÕES DO TENENTISMO NO PARÁ

As ações de 1924 tiveram correspondente militar no estado do Pará. O 5 de julho paulista, segundo Coimbra (1981) e Lanna Junior (2003) teve seu representante no Pará. A repercussão desse movimento chegou a Belém, no dia 6 de julho, quando informados da decretação do estado de sítio para a capital da República e para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, publicado nos jornais locais. As primeiras informações foram passadas com ressalvas, pois o presidente da República decretou estado de sítio e logo a relacionou aos acontecimentos a Revolta do Forte de Copacabana (Folha do Norte. Belém, 6 de julho de 1924, p. 1).

O correspondente militar no estado do Pará era o 26º Batalhão de Caçadores (BC), localizado em Belém. Esta unidade militar iniciou os preparativos de cerca de 250 praças que ficariam sob o comando do capitão Enéas Brasil para embarcar no vapor Bahia que traria efetivo de Manaus para juntos seguirem para o Sudeste como tropa de reforço. Mas no dia 13 de julho, o general Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra, determinou que os militares do 26º BC seguissem para o Baixo Amazonas, para conter os avanços dos militares rebeldes em Manaus e em Óbidos, município paraense onde havia uma importante unidade do Exército. Era necessário dominar a artilharia aquartelada no referido município, pois os militares do quartel de Óbidos, posicionando-se contra o governo aguardavam para juntar-se à tropa que vinha de Manaus, após haver deposto o governo. O plano seguinte das tropas do Baixo Amazonas era tomar de assalto a capital paraense (Folha do Norte, Belém, 6 de julho de 1924, p. 1). Mesmo com apenas 332 homens, o estado do Pará contava com o maior efetivo da 8ª Região Militar, que na década de 1920 totalizava 1.258 militares e era formada pelas guarnições dos estados do Maranhão (24º BC), Piauí (25º BC), Pará (26º BC) e Amazonas (27º BC) (O Estado do Pará, Belém, 09 de julho de 1924, p.1).

Diante da ordem do comandante militar para seguir para repreender os militares de Óbidos, os soldados do 26º Batalhão de Caçadores recusaram-se a cumpri-la. O principal argumento sustentado pelos militares rebeldes era de que não combateriam seus companheiros. Mas, as praças também alegavam que só embarcariam se fosse com o 26º BC completo e com seu comandante e oficialato juntos. Quanto a esta questão houve uma negociação com garantia de que a solicitação dos soldados seria atendida. Todavia, alguns militares, como o cabo Sapucaia, se rebelaram e incentivaram o efetivo de praças da unidade a não embarcarem e estes considerando pertinente a proposta de contestação decidiram não seguir as ordens superiores mesmo depois de várias tentativas. A partir desse momento a tensão no 26º BC se intensificou. O tenente Josué conseguiu escapar e procurou o comandante, tenente-coronel Sousa Castro, já que os militares rebeldes teriam adentrado à Intendência e acessado todas as munições e armas da referida unidade. Houve mais uma tentativa de acordo sem êxito e então os oficiais partiram para o Quartel General, na rua João Diogo para prepararem as ações contra os rebeldes e conversarem com o governador do estado, Antônio Emílio de Sousa.

Os rebeldes do 26º BC passaram a ser comandados pelo capitão Augusto Assis de Vasconcellos, que a frente de cerca de 200 homens investiu contra as tropas legalistas que contavam com um efetivo de mais de 500 militares do Exército e da Brigada Militar do Estado. Esta força pública estadual era comandada pelo coronel Raymundo Leão.

A tropa legalista seguiu pela Avenida São Jerônimo e logo na esquina com a travessa Ruy Barbosa se deparou com um grupo de revoltosos “entrincheirados nas mangueiras, de onde fizeram fogo contra as Forças que avançavam” (Marreca, 1940, p. 181). Nesta ocasião o tenente Henrique da Silva foi alvejado e faleceu na hora. Assim, a tropa legalista recuou pois os revoltosos estavam levando vantagem principalmente após matar o comandante legalista naquele confronto. Os revoltosos, empolgados com o resultado

tentaram conquistar o Quartel General que estava com a defesa bem montada pela guarnição do Exército, contando inclusive, com o reforço do Corpo de Bombeiros.

Os revoltosos se dividiram em vários grupos que seguiram por diferentes direções às proximidades do quartel do 1º Corpo de Infantaria do Estado. Contudo o combate intenso se deu na Avenida Ferreira Pena (atual Assis de Vasconcelos) com a Travessa Aristides Lobo. Logo no início das trocas de tiros a Brigada da Polícia Militar demonstrou força contundente que levou a morte do comandante dos revoltosos, capitão Assis de Vasconcelos, além do tenente Edgar Eremita da Silva e o soldado Humberto Pacífico de Souza. Logo os revoltosos se retiraram para o interior do 26º BC (Folha do Norte, Belém, 28 de julho de 1924, p.1).

O conflito continuou em Nazaré e os revoltosos investiram contra o Piquete de Cavalaria. Mesmo bem espaçadamente, as trocas de tiros permaneceram pela noite toda. Mas pela manhã os disparos de canhões da Polícia Militar fizeram a diferença e levaram ao recuo dos rebelados do Exército e à retirada para o 26º BC, onde o combate passou a se concentrar até a vitória legalista, pois muitos rebelados tinham debandado e a Polícia Militar rendeu os que continuavam no quartel. Após a vitória, as tropas legalistas se reuniram na Praça Justo Chermont, em frente à Basílica de Nazaré (A Província do Pará, Belém 28 de julho de 1924).

Quanto à derrota dos rebelados do 26º BC, Coimbra (1981) considera que o capitão Assis de Vasconcelos cometeu um erro crucial quando resolveu dividir a tropa após o bom resultado do primeiro combate na estrada de São Jerônimo com a Ruy Barbosa, o que facilitou as investidas legalistas que contava com um efetivo maior para sufocar os pequenos grupos. A este entendimento, acrescento ainda a eficiente ação da Brigada Militar do Estado do Pará no emprego de muitos canhões no combate que resultou na ocupação do quartel do 26º BC pelas tropas legalistas. No total foram 16 pessoas feridas das tropas legalistas, sendo alguns civis, dentre os quais constava Laura Gomes Alves, menina de 13 anos de idade. Mesmo não tendo a lista completa dos feridos, apresento alguns nomes a seguir:

Quadro 01: Legalistas feridos no conflito.

1º Tenente	José Albino Menezes
3º Sargento	Antonio de Porto Soares
Músico	Luiz Tota Pimentel
Soldado	David Diogo Nunes
Soldado	Euclides Mariano Pereira
Soldado	Raymundo Sabino Cordeiro
Soldado	Dario Ranulpho da Silva Rego
Soldado	Edgar de Souza Corrêa
Soldado	José Maurício Cavalcante
Soldado	Raymundo David Diogo Nunes
Soldado	Álvaro Francisco da Silva
Soldado	Francisco Henrique de Oliveira
Soldado	Isaías Gomes de Oliveira

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Quadro 02: Legalistas mortos no conflito.

1º Tenente	Henrique Ferreira da Silva
2º Tenente	Plácido Martins Pereira
Soldado	Germino Ferreira Gomes
Soldado	Claudio de Castro Pereira
Soldado	Raymundo A. da Costa
Soldado	João Horácio da Silva Filho
Soldado	Pedro Costa

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Quadro 03: Revoltosos mortos no conflito.

Capitão	Augusto Assis de Vasconcelos
Soldado	Joaquim da Silva Pantoja
Soldado	Geminiano da Silva Gomes
Soldado	Armino Melo do Valle
Soldado	Belarmino Ribeiro
Soldado	Epifânio Santos

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Não encontrei lista de rebeldes feridos, mas possivelmente tiveram muitos, inclusive civis que lutavam juntos com os militares rebelados do 26º BC.

Tabela 01: Militares do Exército e da Força Pública do Pará em combate nos dias 27 e 28 de julho de 1924.

Unidades Militares	Oficiais	Praças	Total
Batalhão de Infantaria	11	140	151
Companhia de Administração (Exército)	5	60	65
Piquete de Cavalaria	2	32	34
Total Geral	18	232	250

Fonte: Rego (1981, p. 157).

Tabela 02: Forças civis empregadas em combate nos dias 27 e 28 de julho de 1924.

Unidades Civis	Quantidade
Guardas Civis	56
Bombeiros Municipais	16
Total Geral	72

Fonte: Rego (1981, p. 157).

Se no Pará as tropas legalistas sufocaram as ações dos militares rebelados, no estado do Amazonas a situação foi diferente. O 27º Batalhão de Caçadores do Amazonas, empregou estratégias mais eficientes a partir do seu comandante, capitão José Carlos Dubois, que agiu inicialmente contra a Polícia Militar do Estado do Amazonas prendendo boa parte dos oficiais, conquistando o quartel da corporação militar estadual e depondo o governador do estado em exercício que na ocasião era o presidente da Assembleia Legislativa (Coimbra, 1981). Esta ação dos militares rebelados ficou conhecida como a Revolução de 24 no Amazonas.

Os acontecimentos que se desenrolaram em várias cidades do Baixo Amazonas, no estado do Pará, no final do mês de julho e durante o mês de agosto de 1924, foram resultantes da Revolta do 27º B/C e da Flotilha do Amazonas, quando, no dia 23 de julho em Manaus, os rebelados conquistaram a cidade, depuseram o governo, e organizaram uma força para descer o rio com o objetivo de conquistar Belém e, assim, consolidar a Revolução na Amazônia.

No Amazonas o êxito dos revoltosos foi maior porque conseguiram importantes adesões de setores da Marinha e do Exército, além da rápida neutralização da Força Pública do estado. No entendimento de Forjaz (1977, p. 84), “diferente de São Paulo, o tenentismo no Amazonas importou-se menos com a crítica política e jurídica às oligarquias e mais com as questões sociais”, visto que o movimento no estado do Amazonas teria apresentado aspectos sociais identificados com “questões concretas, como a corrupção na administração pública”. Nessa linha interpretativa o nacionalismo tenentista teria se manifestado bem mais radical³⁴, o que, segundo esse autor, é evidenciado quando a “Comuna de Manaus” expropriou o mercado e o matadouro da firma Inglesa Manaus Market.

Com as conquistas em Manaus, cerca de 700 revoltosos procuraram dominar as cidades do Baixo Amazonas para depois seguir para Belém. Logo lançaram mão de embarcações da Flotilha do Amazonas e seguiram para a cidade paraense de Óbidos, onde contaram com o apoio do comandante da Fortaleza, capitão Oscar Bastos Nunes (Coimbra 1981). Com conflitos em Óbidos e Santarém, a tropas legalista foi reforçada pelo efetivo paraense que seguiu de Belém. Após muitas disputas retomaram a Fortaleza.

A tensão no Baixo Amazonas foi tão expressiva que o general Mena Barreto deslocou armas e embarcações para a região e após a vitória reorganizou os comandos das unidades militares na Amazônia, além de ordenar a prisão dos rebelados, dentre os quais constavam o então 1º tenente do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que havia assumido o comando da Polícia Militar, nomeado no momento da conquista de Manaus (O Jornal do Povo, Manaus, 28 de julho de 1924, p.1). Este militar, por desdobramento do movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas a presidência da República, assumiria o cargo de interventor, ficando à frente da administração do estado do Pará.

Além dessa influência do Tenentismo no Pará e no Amazonas, o movimento atingiu outros estados, como Mato Grosso e Sergipe. No entanto, alguns desses movimentos foram logo reprimidos, como no caso do Mato Grosso, onde a rebelião foi vencida no início, devido à falta de adesão do próprio Regimento. Já em Sergipe, a revolução teve um fôlego maior. Contou com certo apoio de voluntários que se alistavam para a luta. No entanto, foram combatidos no início da organização por tropas federais vindas da Bahia e por batalhões formados por coronéis da região.

O movimento tenentista teve grande representatividade no Rio Grande do Sul, e várias tentativas de tomadas de poder em outras regiões do país, porém com pouco sucesso, apenas com surtos revolucionários. Um dos últimos focos do Tenentismo foi à coluna Etchegoyen, que lutou no Rio Grande do Sul de novembro a dezembro de 1926, sempre duramente perseguida pelas tropas governistas, até se dissolver e seus membros se retirarem do país.

4 CENÁRIO ECONÔMICO E POLÍTICO

Na interpretação que propomos sobre o Tenentismo no Pará, além de outras questões, enfatizamos a situação de crise econômica paraense na década 1920, quando o estado apresentava um quadro marcado por grandes dificuldades³⁸. Na realidade, o Pará passava por um momento de verdadeira penúria, sem que se vislumbrasse uma solução capaz de reerguê-lo. O governo não dispunha de meios para minorar as sérias dificuldades que, dia a dia, avolumavam-se tornando cada vez mais difícil o trato com problemas públicos. Esta situação era apresentada com muito destaque pela imprensa paraense:

A miséria dos servidores do Estado

Informaram-nos que os operários tipográficos do “Diário Oficial” abandonaram ontem os serviços de composição desse órgão do governo do Estado, em virtude da falta de pagamento dos seus salários. Parece que apenas permaneceram ao serviço do jornal oficial os compositores linopistas, acrescentou o nosso informante. Os empregados do 6º grupo escolar (Wenceslau Braz) há seis meses que não recebem seus vencimentos estando a passar as maiores privações. Achando-se prestes os exames naquele estabelecimento de ensino público, difícil se torna a esses pobres servidores do Estado, além da fome que estão sentindo, se apresentarem ao serviço, visto se acharem desprovidos de roupas para tal fim (A Província do Pará. Belém, de 27 de setembro de 1921- p. 1).

Os professores são as maiores vítimas do calote oficial, mesmo acontecendo aos demais empregados dos estabelecimentos de ensino custeados pelo tesouro do Estado. Há 7 meses que não recebem seus vencimentos por parte do governo e há 6 meses que a liga do ensino não lhes paga também...urgem sejam tomadas providências que a situação dos caloteados exige, a fim de que o Pará não seja mais uma vez envergonhado com a declaração de uma greve geral no funcionalismo público (A Província do Pará. Belém, de 4 de outubro de 1921, p. 1).

A administração do estado estava emperrada pela absoluta falta de recursos, arrastava-se, inoperante e impotente. Em função disso, as estruturas burocráticas do estado, segurança pública, rede de ensino, poder judiciário e a saúde pública tornavam-se ineficientes, o que levou ao descontentamento de alguns

setores da sociedade paraense. Esta insatisfação coletiva pode ser um importante caminho para se explicar a grande participação de civis na Revolta do 26º Batalhão de Caçadores (BC). Em um estado que sofria uma grande crise econômica se alastrando para toda estrutura burocrática, as contestações por parte da sociedade chegaram à participação de civis descontentes na Revolta do 26º BC. Seria uma boa oportunidade de questionar a estrutura do poder e de alguma forma, chegar a um caminho para aliviar o estado de penúria que atingia a sociedade paraense.

A política do estado do Pará da década de 1920 não fugia à regra da política nacional da Primeira República. Os mesmos hábitos e costumes do sistema político repetiam-se no estado. Como grupos dominantes, as oligarquias locais pautavam a conduta de acordo com os parâmetros da órbita federal no que se refere aos canais de sua manutenção no poder (Coimbra, 1981). As retaliações pessoais, os insultos e a injúria eram o tema predileto fomentando ódios e paixões.

Nas últimas eleições estaduais ali procedidas os elementos oposicionistas conseguiram eleger, por grande maioria, o Dr. José Maria Pereira de Barros, velho e acatado médico e professor, a uma das vagas existentes no senado, derrotando um candidato o organizador de um acordo político que ficou célebre nos anais da política paraense. Eleito e diplomado por uma junta apuradora cheia de elementos da situação, de nada valeu ao candidato oposicionista o seu diploma; indignado com os sufrágios populares a que lhe contrariavam os interesses, o júpiter paraense, tomando-se de indignação planejou vingança. E a vingança, diz-se bem, ter sido o prazer dos deuses. Agora mesmo está sendo ela exercida em toda linha, contra o direito incontestável do candidato que tem seu lugar no Congresso Estadual assegurado pela maioria de votos. Sabe-se já que no parecer que vai reconhecer os candidatos diplomados entrará uma emenda furtiva, espoliando de seus direitos o Dr. Pereira de Barros, para que se locuplem nos cargos confiados ao arbítrio popular unicamente os amigos do governo (A Província do Pará. Belém, 4 de outubro de 1921, p. 2).

As manifestações contrárias às velhas práticas e jogos políticos levaram setores da sociedade paraense a apostar nos militares como solução. Nesse sentido, o panorama político do Pará foi decisivo para que os acontecimentos identificados como Tenentismo no Pará contassem com a forte presença civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros momentos o Tenentismo foi apresentado como um movimento estritamente militar, onde o Exército aparece como “instituição total”, passando a impressão de que suas manifestações eram desvinculadas do conjunto da sociedade e restringindo-se a intervenções contestatórias com fundamentos institucionais, onde o Exército agiria de forma a elevar suas ações a nível político, invertendo os vetores da política em sua instituição. Nesse sentido, em momentos de crise surgiria a política do Exército em resposta à política dos civis. Seria a intervenção corretiva que recuperaria a virtude do Estado. Daí a necessidade de delimitar o Tenentismo como movimento estritamente militar. Contudo, como demonstrado neste artigo, há na histografia expressivas abordagens nas vertentes das ações e da ideologia.

Na análise sobre a documentação, observamos que havia vinculação da revolta tenentista com outras reivindicações, não apenas de cunho político e social, já que o Pará da década de 1920 passava por intensa crise econômica que atingia a sociedade. Isso talvez possa justificar o envolvimento de muitos civis na revolta ocorrida em Belém, classificada pela imprensa da época e por alguns escritores como a *Revolta do 26º Batalhão de Caçadores*. As unidades militares da Amazônia em alguns momentos da Primeira República estiveram articuladas às ações desenvolvidas a partir da capital federal. No caso dos conflitos ocorridos em Belém no mês de julho de 1924, a Brigada Militar do Estado do Pará teve importante e decisiva atuação na vitória sobre os militares rebelados do 26º Batalhão de Caçadores. O mesmo não ocorreu no Amazonas, quando a força pública estadual foi logo dominada e passou ao comando dos rebelados do 27º BC.

A respeito da atuação do capitão Assis de Vasconcelos que morreu no início dos conflitos estando à frente dos rebelados do 26º Batalhão de Caçadores, cabe destacar que em um primeiro momento, assumiu um lugar de liderança do Tenentismo no Pará que foi derrotado pela Brigada Militar, juntamente com o efetivo do Quartel General do Exército. Mas o desenvolvimento dos jogos políticos no decorrer da década de 1920, levou ao movimento de 1930 com as ações dos militares subalternos que estavam na base do Te-

mentismo na aliança que derrubou a oligarquia liderada pelo Partido Republicano Paulista. Foi a partir deste processo que as memórias sobre a atuação do capitão Assis de Vasconcelos possibilitaram o destaque de sua imagem, que foi de um protagonista de ação derrotada à aura de líder de um projeto de vencedor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Província do Pará. Belém, de 27 de setembro de 1921- p. 1.

A Província do Pará. Belém, de 4 de outubro de 1921, p. 1.

A Província do Pará, Belém 28 de julho de 1924.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República. 4ª ed. (4 volumes)** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

BELLO, José Maria. **História da República (1889-1954)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil**. Rio de Janeiro: BIB, 1985.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da História**. Belém: Conselho de Cultura, 1981.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Brasil em perspectiva**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil S.A, p. 227-255, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Conde de Sá. **A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Folha do Norte. Belém, 6 de julho de 1924, p. 1.

Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1924. p. 1.

Folha do Norte. Belém, 7 de julho de 1922, p. 3.

Folha do Norte, Belém, 28 de julho de 1924, p. 1.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentes e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**: Paz e Terra, 1977.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **História da Polícia Militar do Pará desde seu início (1920) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficina Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

O Estado do Pará, Belém, 09 de julho de 1924, p.1.

O Jornal do Povo, Manaus, 28 de julho de 1924, p.1.

REGO, Orlando de Moraes. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará 1822-1930**. Belém: Falangola, 1981.

ROSA, Virgílio Santa. **O sentido do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.